



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 10/2024, em que é recorrente o **Partido Africano da Independência de Cabo Verde** e entidade recorrida o **Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 90/2024

(Nos autos de Recurso contencioso de apresentação de candidaturas às eleições municipais no concelho de Santa Cruz em que é recorrente o Partido Africano da Independência de Cabo Verde e recorrida a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática)

I. Relatório

1. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, inconformado com a decisão da Meritíssima Juíza de Direito da Comarca de Santa Cruz, que admitiu a candidatura da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) para as eleições municipais em Santa Cruz, vem através do seu mandatário, nos termos do art.º 349º, n.º 1 do Código Eleitoral (CE), proceder à impugnação desta candidatura.

2. O recurso foi entregue junto do Tribunal de Comarca a 29 de outubro de 2024, tendo subido nos próprios autos, como determina a lei.

3. O recorrente alega essencialmente o seguinte:

a) Que a candidatura, do círculo eleitoral de Santa Cruz, para as eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, está abrangida por inelegibilidade de vários candidatos;

b) Como consta do art. 348º, n.º 3, alínea a) do CE, da declaração de candidatura deve constar que os candidatos não se encontram abrangidos por qualquer inelegibilidade;

c) Das disposições especiais aplicáveis à eleição dos titulares dos órgãos municipais, nos termos do art. 420º, alínea a), consideram - se inelegíveis para os órgãos municipais os devedores em mora do município e respetivos garantes;

d) Neste sentido, constatámos junto dos serviços de IUP (Imposto Único sobre Património) da Câmara Municipal de Santa Cruz, que diversos candidatos das listas da UCID para as eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, encontram-se em dívida para com o município e por isso consideram-se inelegíveis nos termos do Código Eleitoral Caboverdiano, nos artigos já identificados.

e) O art. 352º, n. º1, dispõe que são rejeitados os candidatos inelegíveis para Titulares dos Órgãos Municipais.

4. Por isso, requer à Meritíssima Juíza do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, se digne aceitar-lhe a impugnação de membros da candidatura da UCID, por estes serem inelegíveis.

5. O recorrente apresenta elementos que considera probatórios das inelegibilidades que sustenta, apontando como inelegíveis os

seguintes 7 indivíduos *apresentados como candidatos, sendo os 2 primeiros para a Câmara Municipal e os demais 5 para a Assembleia Municipal:* a) Nelson de Jesus Mendes Vieira; b) Danielson Partine Gomes Correia e Silva; c) Manuel António Nunes Leal; d) Firmino Tavares

Cardoso; e) Leonel Mendes Monteiro; f) Edelgisa Ramos Garcia; g) Angelito Lopes.

6. Tendo sido notificado pelo Tribunal de instância ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 355º do CE, o mandatário da candidatura da UCID, Dr. Wilson Patrick Garcia, contesta a impugnação, alegando que o recorrente a fez para tribunal incompetente.

7. Sustentou ainda o mandatário da candidatura da UCID que a alegada inelegibilidade dos Candidatos à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal não teria qualquer relação com a Candidatura da UCID nem com a lista apresentada no processo, aduzindo a seguinte argumentação:

7.1. *Dispõe o artigo 353º do C.E. em vigor que "Das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão;*

7.2. *Por seu turno, reza o artigo 118º da Lei nº 56/ VI/2005 de 28 de fevereiro (Lei do Tribunal Constitucional) que "Das decisões dos tribunais de primeira instância em matéria de contencioso de apresentação de candidaturas, relativamente às eleições para a Assembleia Nacional ou para os órgãos das autarquias locais, cabe recurso para o Tribunal Constitucional;*

7.3. *Atendendo a que a candidatura da UCID foi admitida pelo Tribunal Cível da Comarca de Santa Cruz, por Despacho datado de 29/ 10/2024, tal decisão somente pode ser impugnada por via de Recurso interposto para o Tribunal competente.*

7.4. *Como se depreende da douda petição inicial a "Impugnação" ora feita, visando impugnar a candidatura da UCID (ou melhor, o Despacho que admitiu as Listas apresentadas pela Candidatura da UCID), está dirigida ao tribunal da Comarca de Santa Cruz, Juízo Cível, e não para o Tribunal Constitucional, conforme impõe o artigo 353º do C. E.*

7.5. *Ademais, pese embora o nº 1, do artigo 355º do citado diploma legal, estipular que o Recurso é entregue no Tribunal que proferiu a decisão (Tribunal Cível da Comarca de Santa Cruz), não se confunde com o Tribunal a quem o Recurso deve ser dirigido (Tribunal Constitucional).*

7.6. *Isto porque, uma vez proferida a decisão de admissibilidade das Listas apresentadas pela candidatura da UCID, ora impugnada, o Tribunal Cível da Comarca de Santa Cruz esgotou a sua jurisdição, configurando assim uma situação de incompetência absoluta deste Tribunal para conhecer o Recurso, por força do disposto nos artigos 353º, 356º e 357º, sempre do CE, conjugado com os artigos 215º da CRCV, nº 1, alí. c), primeira parte, e 14º, alí. c), da Lei nº 56/VI/2005 de 28 de fevereiro.*

7.7. *Como é bem-sabido, a incompetência absoluta do Tribunal é de conhecimento oficioso, e obsta o conhecimento do pedido pelo Tribunal e impõe a absolvição do réu da instância, nos termos do disposto no artigo 68º, 97º e 100., n.º 1, todos do Código de Processo Civil (CPC).*

7.8. *Sendo assim, uma vez que a "Impugnação" não está dirigida para o Tribunal competente, como é o caso, tal deficiência e/ ou irregularidade impõem o indeferimento liminar do Recurso.*

8. Reportando-se à alegada inelegibilidade dos candidatos da UCID à Assembleia Municipal apresenta o seguinte arrazoado:

8.1. *A situação de inelegibilidade a que alude a alínea a) do artigo 420º do CE., pressupõe que o devedor esteja em mora.*

8.2. *Ora, o n.º I do artigo 805º: do C. C., dispõe que o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir, salvo as exceções previstas no n.º 2.*

8.3. *No caso dos autos, o recorrente não faz prova suficiente de que os alegados devedores estão constituídos em mora, nem de que forma é que se constituíram em mora e a partir de que momento se constituíram em mora.*

8.4. *Ora, no que toca aos Srs. **Nelson de Jesus Mendes Vieira e Danielson Partine Gomes Correia e Silva**, candidatos na Lista de efetivos à Câmara Municipal, estes nunca foram notificados pelo Município da existência de tais dívidas, não obstante já terem regularizado a situação (Doc. n.ºs 1 e 2).*

8.5. *Igualmente se apresenta prova de [estar] regularizada a situação do Sr. **Albino Moreno Cabral e da Sra. Maria Camila Tavares Pinto**, candidatos efetivos da Assembleia Municipal, não obstante não terem sido notificados oficialmente da existência de dívidas para com o Município, e não terem sido citados na peça do PAICV (Doc. Nºs 3)*

8.6. *Os fulanos de nome "**Manuel António Nunes Leal**", "**Firmino Tavares Cardoso Leonel Mendes Monteiro**" "**Edegilsa Ramos Garcia**" e "**Angelito Lopes**" apontados como candidatos para a Assembleia Municipal que se encontrem inelegíveis, não têm nenhuma correlação com a candidatura da UCID, e nem da Lista apresentada pela UCID para a Assembleia Municipal constam quaisquer candidatos com tais nomes.*

9. Após apresentar quatro documentos de cariz probatório, alicerçado nestas linhas de raciocínio jurídico, o ilustre mandatário solicitou o seguinte ao Tribunal da Comarca de Santa Cruz:

a) Que seja indeferida liminarmente a "Impugnação" apresentada pelo Mandatário da Lista do PAICV, com todas as consequências legais, por violar, o disposto nos artigos 353º, 356º e 357º, sempre do CE, conjugados com os artigos 215º da CRCV, nº 1, al. c), primeira parte, e 14º, al. c), 118º da Lei nº 56/ VI/ 2005 de 28 de fevereiro;

b) Que seja mantida a decisão do Tribunal que admitiu as ditas listas apresentadas pela candidatura da UCID, e que declarou a elegibilidade dos aludidos candidatos;

II. Fundamentação

1. O artigo 353º do CE estabelece que das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão.

2. A decisão em causa aqui é a contida no despacho de 27 de outubro, que foi notificada à UCID, ao PAICV, ao MPD e ao PTS no dia 28 de outubro. Portanto, estamos perante um ato recorrível, nos termos do artigo citado (353º do CE).

3. Nos termos do artigo 354º do CE têm legitimidade para recorrer de tais atos os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral. No caso concreto, foi

o mandatário da candidatura do PAICV que interpôs o recurso, pelo que não se coloca qualquer problema de legitimidade.

4. O recurso foi interposto no dia 29 de outubro passado, dentro do prazo de 48 horas, pelo que o foi tempestivamente, conforme aliás foi sublinhado pela meritíssima Juíza do Tribunal de Comarca de Santa Cruz.

5. Obviamente, o Tribunal Constitucional é órgão competente nos termos do artigo 353º do CE, para julgar o recurso, sendo também certo que o recurso deu entrada no Tribunal que proferiu a decisão recorrida. Na sequência desta entrada, a meritíssima Juíza do Tribunal de Comarca de Santa Cruz proferiu a sua decisão constante de folhas 235, mandando o processo subir para o Tribunal Constitucional.

6. A questão principal a responder é a seguinte:

Será que os candidatos indicados são devedores em mora perante o município e, por isso, inelegíveis para os cargos propostos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal?

7. O recorrente alega que dois candidatos da UCID para a Câmara Municipal e cinco para a Assembleia Municipal de Santa Cruz são devedores em mora para com o município. São eles os seguintes: Para a Câmara Municipal os senhores Nelson de Jesus Mendes Vieira e Danielson Partine Gomes Correia e Silva. Para a Assembleia Municipal Manuel António Nunes Leal, Firmino Tavares Cardoso, Leonel Mendes Monteiro, Edelgisa Ramos Garcia e Angelito Lopes.

8. Para fundamentar a sua posição o recorrente apresenta seis documentos alegadamente extraídos pelos serviços de administração fiscal municipal e sustenta que os candidatos propostos se encontram em mora, porque «não pagaram os respetivos impostos (IUP) nas datas previstas para o pagamento.

9. Os documentos apresentados dizem respeito aos seguintes indivíduos: Nelson de Jesus Mendes Vieira, Albino Moreno Cabral e Maria Nascimento Cardoso, Maria Gorete Leal de Barros e Frederico Mendes Castro da Veiga , Danielson Correia e Silva Celestino Ribeiro, sendo que destes apenas 3 se encontram efetivamente na lista da UCID : os senhores Nelson de Jesus Mendes Vieira, Danielson Correia e Silva e Albino Moreno Cabral.

10. Em relação à questão a responder, há que considerar o seguinte:

10.1. De facto, o artigo 420º do Código Eleitoral prevê que os devedores em mora para com o município e respetivos garantes são inelegíveis para os órgãos municipais. Trata-se aqui de uma inelegibilidade específica prevista pelo legislador democrático e que, na opinião do ilustre comentarista do Código Eleitoral cabo-verdiano, Dr. Mário Silva, assenta numa consideração ética, segundo a qual «quem deve ao município não se encontra na melhor posição moral para cobrar aos outros as dívidas que eventualmente tenham para com esta instituição. Numa outra perspetiva, o Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional considerou que «o preceito , ao estabelecer esta inelegibilidade, visa evitar um conflito de interesses entre o devedor da autarquia e a mesma pessoa, enquanto

titular de um órgão representativo da entidade credora»»¹ (Acórdão do STJ nº 3/2000 do STJ).

Esta questão da inelegibilidade, em eleições autárquicas, por dívidas ao município tem sido um assunto muito corrente em diversos escrutínios, tendo inicialmente merecido a atenção do STJ enquanto Tribunal Constitucional, como aconteceu, por exemplo , através do Acórdão do STJ nº 4/2004, de 19 de fevereiro, em que ficou assente uma perspetiva metódica de análise em que o STJ defende que, para que ocorra esta inelegibilidade, é necessário a verificação dos seguintes pressupostos a) Que exista uma dívida para com o município e b) que o devedor se encontre em mora, sendo que o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir (artigo 805º, nº 1 do CC). Mais recentemente, a questão tem ocupado bastante a atividade do Tribunal Constitucional, e dado lugar à prolação de diversos acórdãos, que deveriam, talvez, merecer mais atenção dos proponentes de candidaturas que ciclicamente demandam a Corte Constitucional: partidos políticos e grupos de cidadãos. Entre estes acórdãos pode-se ressaltar os seguintes: Acórdão nº 14/2016; 16/2016, 17/2016; 36/2020, 42/2020; 38/2020 e 39/2020² .No Acórdão nº 38/2020 de setembro, este órgão de justiça constitucional, após aturada análise do processo específico, conclui que «para que essa causa de inelegibilidade que permite a desqualificação de candidatos integrados em listas eleitorais se configure num caso concreto é necessário que o recorrente cumulativamente prove que : a) exista dívida com o Município a cujos órgãos a pessoa se candidata; b) a dívida esteja em mora; c) a cobrança tenha decorrido de acordo com os procedimentos

¹ Cfr. Mário Pereira Silva: Código Eleitoral Anotado, 3ª edição, Praia, 2020, p. 480.

² Para uma perspetiva da continuidade e evolução metódica na jurisprudência cfr. o ponto 5 do Acórdão nº 38/2020.

previstos pela lei e tenha sido interpelado para o fazer; e somente se no momento em que este Tribunal aprecia e decide o recurso ela ainda não tenha sido paga».

10.2. No caso em apreço, o PAICV fez chegar aos tribunais documentos intitulados «extratos de dívida» em relação aos seguintes indivíduos que se encontram efetivamente na lista da UCID: os senhores Nelson de Jesus Mendes Vieira, Danielson Correia e Silva e Albino Moreno Cabral. São apenas estes que se encontram na lista da UCID admitida.

10.3. No exercício do contraditório, o Ilustre mandatário da candidatura da UCID entregou um rol de recibos de pagamento das dívidas respeitantes aos seguintes candidatos: Maria Camila Tavares Pinto, Albino Moreno [e Maria Nascimento Cardoso], Danielson Correia e Silva e Nelson de Jesus Mendes Vieira.

10.4. Sendo assim, estando liquidadas as dívidas dos candidatos, Maria Camila Tavares Pinto, Albino Moreno Danielson Correia e Silva e Nelson de Jesus Mendes Vieira, os únicos que aparecem nas listas, nesta data não se pode, com propriedade sustentar, que exista, neste momento, dívida, mormente em mora.

10.5. Os nomes citados pelo recorrente, “Manuel António Nunes Leal”, “Firmino Tavares Cardoso Leonel Mendes Monteiro” “Edegilsa Ramos Garcia” e “Angelito Lopes”, não fazem parte das listas de candidatura da UCID admitidas por despacho da Meritíssima Juíza. Basta consultar nos autos, a **fls. 145**, de 22 de outubro de 2024 a ata da Comissão Política da UCID, contendo os nomes dos candidatos, para se certificar do facto.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, acordam, em julgar improcedente o recurso do PAICV.

Isento de custas, por não serem devidas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 04.11.2024

Os Juízes Conselheiros

Aristides Raimundo Lima(Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

(Nos termos da parte final do n.º 1 do artigo 150.º do CPC, aplicável ex vi do art.º 50º da Lei do Tribunal Constitucional, não assina o Acórdão por se encontrar ausente)

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 04 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges